

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Estado e intersectorialidade: críticas às estratégias burocrático-gerenciais			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Silvana Marta Tumelero	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Estudante
	Universidade Federal do Paraná	UFPR	Docente
COAUTOR 2			
Vera Maria Ribeiro Nogueira	Universidade Federal de Santa Catarina Universidade Católica de Pelotas	UFSC UCPel	Docente Docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O tema intersectorialidade vem ocupando espaço no debate contemporâneo sobre a atuação do Estado, sendo abordado sob óticas teóricas distintas e, na maior parte das vezes, fazendo eco às alterações estruturais no plano da produção e reprodução social. Deve-se recordar que a partir dos anos de 1980, a dinâmica de reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e os processos gerenciais de caráter mercantil, presentes nas organizações capitalistas, não ficaram a elas restritos, mas adentraram a estrutura do Estado através dos processos de contrarreformas intensificados na década de 1990, sendo reproduzidas pelos trabalhadores, agentes estatais de diferentes níveis hierárquicos. Tais mudanças afetaram e afetam diretamente as políticas públicas, desde a sua definição até os processos de implementação, ocultando justamente seu caráter contraditório e as possibilidades de disputas no campo decisório e da execução. A intersectorialidade tem se apresentado como uma estratégia de gestão pública "eficaz" em sua funcionalidade gerencial sob a matriz neoliberal, perspectiva esta que é problematizada no artigo. Contraditoriamente a tal orientação, aponta-se possibilidades da estratégia intersectorial ser operada e problematizada pelos agentes estatais que executam localmente as políticas, sob os referenciais da teoria social crítica. Neste sentido, se lança mão da concepção de Estado na tradição marxista, em Gramsci e Poulantzas, utilizando-se particularmente das noções de intelectual orgânico e pessoal do Estado nestes dois pensadores, respectivamente.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Estado; políticas públicas; intersectorialidade			
ABSTRACT			
<p>The theme of intersectionality has been occupying space in the contemporary debate about the role of the State, being approached from different theoretical optics and, in most cases, depending on the structural changes in terms of production and social reproduction. From the 1980s, the dynamics of productive restructuring, the flexibility of labor and management processes of commercial character, present in capitalist organizations, were not restricted to them, but they entered the structure of the state through the processes of contrarreformas intensified in the 1990s, being played by workers, state agents from different hierarchical levels. Such changes affected and directly affect public policies, since its definition until deployment processes, just hiding their contradictory nature and the possibilities of disputes in the field of decision-making and execution. The intersecting has emerged as a management strategy for "effective" public managing in its functionality under neoliberal theory, perspective this is problematic in that article. In contradiction to such guidance, pointing to possibilities of intersecting strategy be operated and problematized by state agents running locally policies, under the reference of critical social theory. In this sense, it makes use of the concept of the state in the Marxist tradition, in Gramsci and Poulantzas, using particularly the notions of organic intellectual and state personnel in these two thinkers, respectively.</p>			
KEYWORDS			
State; public policies; intersectionality			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

Introdução

A sociedade contemporânea vivencia um processo de submissão da vida social aos ditames da organização econômica do capitalismo financeiro mundializado. Não apenas os processos afetos à vida material, ao trabalho, à produção e reprodução social estão organizados sob os princípios da desta ordem econômica, fundados centralmente em relações mercantis, mas também as dimensões política, cultural e ética parecem terem subsumido à hegemonia do capital.

A primazia das relações econômicas como referência às práticas sociais cotidianas “tende a ocultar, a partir de diferentes estratégias, a importância da esfera política da vida social”. (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, p.56). Tal domínio aprisiona o tempo que dispúnhamos com outro e para o outro, individualiza a existência, determina a pauta cultural por princípios de mercado. Interrompe dia a dia a produção coletiva da cultura e nos remete ao *status* de consumidores de bens culturais e produtos de lazer.

Temos dificuldades de produzir espaços públicos de debates políticos na prática social cotidiana e principalmente nos espaços de trabalho. O processo de reestruturação produtiva, implementado a partir dos oitenta do século passado e espreado pelo globo, aliado ao desenvolvimento da robótica, das tecnologias de informação, da microeletrônica, dentre outras tecnologias, força os trabalhadores à dedicação integral de seu tempo ao trabalho, seja diretamente na atividade laboral nas organizações, seja nos estudos e cursos de aperfeiçoamento demandados, ou no prolongamento da jornada desenvolvida nos demais espaços sociais, sob o mote da flexibilização nas relações de trabalho.

A dinâmica de reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e os processos gerenciais de caráter mercantil presente nas organizações capitalistas não ficaram a elas restritos, mas adentraram a estrutura do Estado e são reproduzidas pelos trabalhadores, agentes estatais de diferentes níveis hierárquicos. Apesar disso, a hegemonia neoliberal na direção política e na gestão do Estado brasileiro nas últimas décadas, não suprimiu o tensionamento¹ entre a racionalidade tecnocrática gerencial, de um lado e, de outro, a defesa de processos democráticos e de manutenção do debate político quanto à organização, implementação e ampliação das políticas sociais na busca de sua universalização.

Dado às contradições presentes na dinâmica estatal em que as estratégias e instrumentos de gestão implementados para a operacionalização das políticas públicas, particularmente das políticas sociais, não possuem “valor em si”, mas podem se configurar com distintos conteúdos políticos, nos interessa neste artigo problematizar o Estado sob a contribuição de dois pensadores da tradição

¹ Observe-se as lutas de diferentes categorias profissionais, como os assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, dentre outras, já no final da década de 1980, para efetivar processos participativos e de controle social na formulação e implementação das políticas sociais.

marxista, Gramsci e Poulantzas. A partir de tais referenciais, problematizamos, na realidade brasileira, a *intersectorialidade* na gestão de políticas públicas, buscando explicitar as concepções sob as quais ela é operada e difundida, por intelectuais e/ou agentes estatais, se traduzindo em funcionalidades ao sistema, resistências a ele ou em estratégias diferenciadas e inovadoras.

1 Aproximações à concepção de Estado em Gramsci e Poulantzas

A possibilidade de ruptura às práticas burocrático-gerenciais que predominam na gestão intersectorial de políticas públicas, conforme problematizaremos nos demais tópicos deste artigo e a perspectiva de formulação de estratégias e dispositivos de resistência, demandam a explicitação dos referenciais por nós adotados sobre o Estado, seus intelectuais e/ou agentes.

Nosso percurso de estudo se fez na retomada de leituras sobre as concepções de Estado em Rosseau (2001), Marx (2002; 2010), Marx e Engels (2004), Gramsci (1999) e Poulantzas (2000), diretamente na fonte, ou em intérpretes como Buci-Glucksmann (1980), Borón (2002), Coutinho (1994; 2000; 2003; 2011), Codato e Perissinotto (2012) dentre outros.

A aproximação que fazemos ao referencial teórico-conceitual de Estado se dá no seu nível categorial *a priori*, e não advindo de análises de realidades histórico-sociais determinadas, ou seja, a partir da produção conceitual na tradição marxista, indicando limites e pertinências, de acordo com as análises dos autores estudados. Tecemos de modo introdutório algumas considerações gerais, antes de adentrar na explicitação da categoria Estado em cada um dos autores.

Um primeiro aspecto relevante que emprestamos da produção de Coutinho (2011) é o destaque que dá ao caráter *axiológico* das análises de quem "pretende compreender os fenômenos políticos no quadro da totalidade social", explicitando-se o ser - os elementos empíricos, as causalidades, as determinações - e o dever ser - os juízos valorativos, a teleologia e a liberdade - evidenciando assim "as possibilidades concretas que estão sempre presentes em qualquer realidade social, por mais aparentemente coisificada que ela se apresente à primeira vista" (COUTINHO, 2011, p.09). Sob esta premissa ressaltamos que a produção marxista sobre a categoria Estado não resulta numa "teoria geral do Estado" (Poulantzas, 2000), mas é gestada sob a perspectiva de "transição ao socialismo [...] e implica a construção de um novo tipo de Estado" (COUTINHO, 1994, p.13).

Esta é a dimensão teleológica que se coloca na produção das análises sobre as diferentes conformações do Estado desde o século XIX até os dias atuais, no quadro da teoria social crítica. Ou seja, se trata de analisar o que é e como funciona o Estado capitalista em suas diferentes formações histórico-sociais e também no que se configuraram as experiências dos Estados socialistas, buscando tecer análises que contribuam para evidenciar os equívocos históricos que se deram por "dentro da organização estatal", nos processos de transição ao socialismo. Deste modo o

debate sobre o Estado e seu "dever ser", não produz um Estado abstrato e ideal, antes, problematiza as condições materiais, objetivas, histórico-sociais para a formação ou constituição de um novo Estado.

Ainda, em nossa compreensão, a transição ao socialismo se dá de modo "processual" e não "explosivo"², e por conseguinte demanda a consolidação de processos políticos democráticos e a superação de Estados totalitários.

O segundo aspecto a destacar e do qual partilhamos é a afirmação da estreita relação entre a economia e a política - ou relação orgânica entre a "grande política e as estruturas econômico-sociais -, encontrada em Gramsci (1999b) Poulantzas (2000) e em Coutinho (2011). Em Gramsci (1999b) encontramos a afirmação de que "a infra-estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico [...] conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção". A noção de reflexo não pode ser interpretada como sinônimo de "espelho", mas as superestruturas mediadas pelos elementos estruturais.

Em Poulantzas (2000, p.25) o vínculo economia e política aparece no caráter relacional do Estado, ou ainda de modo mais explícito, "as relações de produção e as ligações que as compõem traduzem-se sob a forma de poderes de classe que são organicamente articulados às relações políticas e ideológicas que os consagram e legitimam" e as relações políticas e ideológicas "estão presentes de maneira específica a cada modo de produção, na formação das relações de produção" e reprodução.

Terceiro, a relação da economia com o Estado não pode ser concebida como espaços ou níveis independentes, autônomos, mas conforme se refere Poulantzas (2000, p.17) "[...] a consequência disto é o que Marx chama de 'imbricação' estreita ou 'mixagem' do Estado e da economia", ou seja, a estrutura de produção não opera de modo auto-suficiente, circunscrita a leis imutáveis, antes, opera também em nítida relação com o Estado. Observemos o exemplo a seguir:

Vê-se o aparecimento dos 'trabalhadores livres', possuindo apenas sua força de trabalho e não podendo introduzir-se no processo de trabalho sem comprometimentos do proprietário, comprometimento representado juridicamente pelo contrato de compra e venda da força de trabalho. É esta estrutura precisa das relações de produção capitalista que transforma a força de trabalho em mercadoria e o excesso de trabalho em mais-valia e que dá lugar igualmente nas relações do Estado e da economia a uma separação relativa, base da ossatura institucional própria ao Estado capitalista, pois traça novos espaços e campos relativos respectivamente ao Estado e à economia (POULANTZAS, 2000, p.17).

Deste modo, na relação entre economia e política, seria mais adequado falarmos da "utilização de classe do Estado" e não necessariamente de uma "natureza de classe" do Estado, pois que, a todo e qualquer tempo este é operado na produção de dispositivos jurídico-normativos, por

² Para aprofundamento desta análise ver o debate de Carlos Nelson Coutinho (1994) sobre a dualidade de poderes no pensamento marxista.

exemplo, a serviço de uma das classes fundamentais ou de frações de classe. Não se pode compreender o Estado como um espaço exterior à economia, porém para evitar determinismos não podemos compreendê-lo meramente como reflexo das relações de produção.

Retomando a trajetória de algumas das produções de Marx, cabe destacarmos que o tema Estado em sua obra está sempre vinculado à noção de que a estrutura social e a consciência humana estão na relação direta das condições materiais de uma sociedade. Desta maneira as formas de Estado emergem das relações de produção e não do desenvolvimento geral da mente humana, ou do conjunto das vontades humanas, como pretendiam Hegel e Rosseau (COUTINHO, 2000).

No *Manifesto Comunista* redigido entre novembro de 1847 e fevereiro de 1848, há o reconhecimento da organização da sociedade em classes antes mesmo do advento da moderna revolução industrial. Neste texto, Marx e Engels destacam que no desenvolvimento da burguesia cada processo foi “acompanhado por um avanço político correspondente” (2004, p.12), chegando a ser, o “Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva” (2004, p.13) – nesta passagem já se destaca os condicionantes de classe do Estado.

Ainda no *Manifesto*, da análise que Marx e Engels fazem do processo histórico de organização política, conclui-se que a burguesia foi fundamental ao rompimento das relações feudais e responsável pela introdução dos novos referenciais de organização social e política. A ruptura burguesa com o feudalismo “afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. E no lugar das incontáveis liberdades reconhecidas e adquiridas, implantou a liberdade única e sem caráter do mercado” (2004, p.13). A dinâmica de instituição do mundo burguês criou enormes cidades, aumentou em escala a população urbana, tornou nações de camponeses dependentes de nações burguesas. Aglomerou populações, concentrou a propriedade de terras e de meios de produção em poucas mãos. Como consequência, promoveu a centralização política. “Províncias independentes, províncias com interesses, leis, governos e sistemas de impostos separados foram aglomeradas em um bloco, em uma nação com um governo, um código de leis, um interesse nacional de classe, uma fronteira e uma tarifa alfandegária” (2004, p.17).

O destaque para a concepção de Estado apresentada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* é seu caráter de classe, onde afirmam "o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia [...] O poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outra" (2004, p.23,43).

Coutinho (1994, p.20) faz referência a noção de Estado no *Manifesto* afirmando que "[Marx e Engels] ao falarem em poder organizado para a opressão, indicam que a materialidade institucional do Estado se limita - ou se expressa preponderantemente - nos aparelhos repressivos e

burocrático-executivos". Esta é uma visão restrita de Estado, segundo Coutinho, se analisarmos à luz da teoria gramsciana que concebe o Estado em seu caráter ampliado, como veremos adiante.

Já Borón (2002) expressa que para Marx o Estado “é a expressão mediatizada da dominação política nas sociedades classistas. É, na verdade, o resumo oficial de uma sociedade de classes e, conseqüentemente, não é neutro diante das lutas e dos antagonismos sociais produzidos por suas desigualdades e iniquidades” (BORÓN, 2002, p.249). O autor apresenta críticas ao “vulgar economicismo que veio substituir toda a riqueza analítica do marxismo” ao transformar o Estado num espelho “imediatamente mecânico do predomínio monolítico da classe dominante”, deixando de observar e analisar sua “especificidade, sua eficácia prática e seu grau variável de autonomia – sempre relativa, claro – em relação à sociedade civil” Borón (2002, p.250).

A análise do Estado como representação direta e imediata dos interesses da burguesia gestou como estratégia da revolução socialista, a tomada do "poder do Estado" pela via militarizada, com revoluções armadas, como único modo de subverter a dominação de classe. Esta concepção de Estado, cuja composição se dá via revolução "explosiva" e que se materializa em estruturas militares de caráter coercitivo e repressivo, concebidas em meados do século XIX por Marx e Engels, continuou a orientar as análises de Lenin, mesmo após a Revolução Russa de 1917. Segundo Coutinho (1994, p.31) Lenin não contemplou a possibilidade de acrescentar "novas determinações ao conceito histórico materialista de Estado", ainda que a realidade da Europa ocidental e central já apresentasse um novo tipo de Estado de característica contratual em que "os aparelhos de legitimação e busca do consenso desempenhavam um papel importante".

Ainda para Lenin, "a tomada do poder de Estado pelo proletariado implica a destruição completa da velha máquina estatal", enquanto que para Engels "determinadas formas e instituições do velho aparelho de Estado são respostas transfiguradas na nova configuração estatal" (Coutinho, 1994, p.33). Para Marx e Engels o que deve ser "quebrado da velha máquina estatal" - referindo-se à Comuna de Paris, - "restringe-se aos aparelhos burocráticos e militares do Estado" ultracentralizados (COUTINHO, 1994, p.34).

Dessas considerações é possível depreender a crítica de Borón (2002) às simplificações das análises do Estado feitas em nome do marxismo, pois que, conforme também observa Coutinho (1994, p.16), a afirmação de Marx e Engels no início do *Manifesto Comunista* de que "a época da burguesia simplificou os antagonismos de classe e dividiu a sociedade em dois campos opostos, burguesia e proletariado" é redimensionada em o *18 Brumário*, no qual Marx identifica um "número bem mais amplo de classes e frações de classe" e identifica "conexões recíprocas entre o econômico e o político", o que supera a tese da superestrutura como "reflexo/espelho" da estrutura. Coutinho (1994) comenta que na obra madura de Marx e Engels (1881) já se depreende transformações do Estado Inglês e norte-americano no sentido de ampliação dos seus aparelhos estatais. Também é

possível identificar no próprio *18 Brumário* quando compara a situação de classes da França com o EUA, afirma que neste "a república significava [...] apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida, [pois lá] embora já existam classes, estas ainda não se fixaram, trocando ou permutando continuamente os elementos que as constituem em fluxo contínuo [...]" (MARX, 1997, p.31).

Os processos políticos contraditórios que buscamos reconhecer na estrutura ou no espaço estatal estão em correlação de forças. E são passíveis de apreensão e análises através da noção de Estado ampliado em Gramsci na compreensão de que a superestrutura porta a sociedade política, mas também a sociedade civil, cujos aparelhos privados de hegemonia asseguram processos de consensos e também a direção política ou de disputas e construção da hegemonia ideológica de uma das classes fundamentais. Não apenas a reprodução direta do domínio econômico via formas coercitivas, ainda que mantenha essa dimensão em sua constituição.

Buci-Glucskmann (1990) destaca que para Gramsci, a ideologia liberal defende a existência de um Estado cujas "funções" se restringe a "vigilante e zelador" das regras do jogo. O Estado ampliado se coloca, na teoria marxista, como confrontação direta à "defendida república democrática", com o que se materializou no início do século XX como "democracia liberal", ou seja, um Estado "formado apenas por um conjunto de regras jurídico-procedimentais socialmente neutras que faria dessa república um Estado situado acima das classes" (Coutinho, 1994, p.29).

Portanto, ao operar a dominação através dos dispositivos jurídico-normativos, se travariam as batalhas políticas e disputas de diferentes interesses no âmbito da formulação legal, no espaço legislativo, inclusive e não diretamente no aparato executivo do Estado. Nesta direção, Gramsci critica a conceituação restrita, que torna idênticos Estado e governo, produzindo a concepção de Estado ampliado.

Permanecemos ainda no campo da identificação entre Estado e governo, identificação que é justamente uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política; porque é preciso notar que a noção de Estado comporta elementos que devem ser vinculados à sociedade civil (GRAMSCI, apud BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p.98).

Buscamos com a teoria de Estado ampliado, superar a concepção que o toma como reprodutor direto das relações de dominação econômicas e militarizadas, mas considerando a sociedade civil como integrante do momento superestrutural e constituída pelas dimensões econômicas e político-culturais que implicam diretamente no caráter educador do Estado. Esta dinâmica integra o momento superestrutural, constituído por dois grandes níveis: a sociedade civil (conjunto dos organismos denominados privados); e o segundo, denominado sociedade política ou Estado, porém em relação orgânica com o momento estrutural. O Estado não se limita, segundo

Poulantzas (2000, p.26) "ao exercício da repressão física organizada", mas tem um "papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante".

Ainda sobre a teoria ampliada de Estado Coutinho (1994, p.64-65) afirma que

A formulação até agora mais incisiva dessa teoria ampliada de Estado e dessa concepção processual da transição ao socialismo parece-me estar contida nos últimos trabalhos de Nicos Poulantzas, [nos quais] retomou e desenvolveu suas origens gramscianas [...] isso lhe permitiu formular [...] uma concepção de Estado e, sobretudo, da transição ao socialismo que se situa entre os pontos mais altos da reflexão marxista contemporânea [...].

O reconhecimento de que as análises de Poulantzas, a partir da teoria do Estado ampliado e do caráter relacional orgânico entre estrutura e superestrutura pode ser constatado por Coutinho (1994) na afirmação a seguir.

Poulantzas se revela talvez mais atento do que muitos marxistas italianos ao fato de que a ampliação do Estado não se limita à gestação e difusão dos 'aparelhos privados de hegemonia', mas se encarna também na presença maciça de agências estatais na área econômica: intervindo diretamente na reprodução do capital social global, o Estado capitalista contemporâneo retira dessa intervenção [...] boa parte dos seus atuais mecanismos de legitimação e busca do consenso (COUTINHO, 1994, p.65).

Nas preocupações e análises sobre os processos de transição ao socialismo, na perspectiva de fortalecimento de Estados democráticos, Poulantzas (2000, p.156) adverte que "[...] as massas populares devem, paralelamente a sua eventual presença no espaço físico dos aparelhos de Estado, manter e desenvolver permanentemente focos e redes a distância desses aparelhos: movimentos de democracia diretamente na base e redes de autogestão", evitando o simplismo e a "pureza anti-institucional". Maior ou menor aderência e compromisso aos projetos socialistas não estão assegurados pelo distanciamento da organização estatal ou das relações de produção e práticas sociais configuradas tipicamente sob a hegemonia do capital.

Também "não se consegue estar imune ao poder pelo simples fato de ficar fora do Estado. Esse problema é bem mais geral e se coloca para o conjunto dos dispositivos de poder e para o conjunto das lutas, quaisquer que sejam e onde quer que se encontrem" (POULANTZAS, 2000, p.154). O poder possui uma positividade expressa como uma "série de práticas materiais extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas" (POULANTZAS, 2000, p.27). O Estado por ser um campo estratégico é o lócus de excelência das lutas políticas.

O Estado, não mais que os outros dispositivos de poder, não se choca com limites num exterior radical: e isso não porque ele seja uma entidade onipotente frente a um nada exterior, mas porque ele comporta, inscritos desde então em sua

materialidade, os limites, internos a seu campo, impostos pelas lutas dos dominados. [...] As lutas estão inscritas no campo estratégico dos dispositivos e aparelhos de poder, as lutas políticas que atuam no Estado em seu campo estratégico próprio, sem estar, no entanto e forçosamente, 'integradas' no poder das classes dominantes (POULANTZAS, 2000, p.154).

Corroboram com a afirmação anterior, Codato e Perissinotto, na obra *Marxismo como ciência social*, (2012), em que buscam construir a análise do Estado a partir de textos³ de Marx e deles afirmam ser possível apreender elementos para além da compreensão do Estado nas suas funções reprodutivas, mas em análise conjuntural desses estudos, lendo as “lutas políticas entre indivíduos, grupos, facções e frações de classe, é possível perceber o Estado como uma instituição dotada de recursos organizacionais próprios, recursos esses que lhe conferem capacidade de iniciativa e capacidade de decisão” (CODATO e PERISSINOTTO, 2012 p. 44).

Os autores reconhecem ainda, que o “Estado não se esgota no poder de Estado”, possui uma “ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida simplesmente à dominação política” (CODATO e PERISSINOTTO, 2012, p.36). Isto não significa fazer apologia a "plena autonomia do Estado", mas constatar que é relevante pôr em debate as múltiplas interpretações da "autonomia política" presente nas obras da tradição teórica marxiana.

2 Estado brasileiro, contrarreformas e a atuação de intelectuais/agentes do Estado

A intensificação do processo de mundialização econômica no último quarto do século XX e seus impactos sobre os Estados nacionais resultou na adoção de modelos de gestão pública, orientados pela perspectiva neoliberal. A adoção do modelo gerencial de políticas públicas pelo Estado brasileiro alcançou não somente as políticas sociais, mas também as políticas afetas à infraestrutura, alvos de novos experimentos denominados “parcerias público-privadas” ou tiveram sua execução gestada pelo terceiro setor⁴. Esse processo foi designado por estudiosos da realidade brasileira, como contrarreforma do Estado.

Sob o neoliberalismo, o mercado é tido como responsável pelas "virtudes" da sociedade, qual seja, a produção de riquezas, a eficiência técnico-gerencial e a justiça, ocultando suas contradições e efeitos degradantes. A riqueza é traduzida como "dádiva do capital" e não como

³ A burguesia e a contrarrevolução (1848); As lutas de classe na França de 1848 a 1850 (1850) e O 18 Brumário de Luis Bonaparte (1952).

⁴ O reconhecimento legal dessa nova relação foi assegurado pelas Leis federais n. 8.987/95; n. 9.637/98; 9.790/99. A construção desse novo marco legal para a gestão estatal brasileira tem como fundamento a Emenda Constitucional n. 19 de 04 de junho de 1998, (Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal [...]). Esta emenda constitucional, sancionada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, mantida pelo governo Luis Inácio Lula da Silva é ainda, a base jurídica para a continuidade das reformas de gestão operadas no governo Dilma Rouseff, a exemplo da criação de Fundações Estatais.

resultado da expropriação de mais valia do trabalho assalariado. A eficiência é explicada pela adoção de processos de trabalho e tecnologias que reduzem custos de produção, asseguram competitividade num mercado mundializado, ampliam a lucratividade e o acúmulo do capital. A justiça é expressa como sinônimo de normalização e legalidade. A dimensão ético-política da justiça é traduzida nos direitos sociais conquistados no quadro da sociedade hegemonicamente burguesa, quando não, esses também são colocados à prova, submetidos a cortes e restrições nas políticas públicas correlatas. Esses e tantos outros processos que observamos no cotidiano, são interconectados e interdependentes, na dinâmica do sistema capitalista contemporâneo, demandando que, ao falarmos das reformas produzidas no Estado, não o tomemos de modo autônomo, mas integrante da totalidade social, porém com autonomia relativa.

As reformas neoliberais, segundo Simionatto (2006, p.3) têm como pilares, os ajustes econômicos que elevam a “supremacia do mercado”, fazem a “apologia da privatização” e reforçam a “cultura anti-Estado [...], desqualificando a política e a democracia”.

Os discursos anti-Estado são veiculados mesmo nos períodos de expansão econômica - produção, circulação e consumo em alta - e são dirigidos às intervenções e regulações da autoridade pública como práticas indevidas, ou mesmo desnecessárias, fazendo valer a máxima da "auto-regulação pela mão invisível do mercado".

De outro lado, nos períodos de crise, tal qual o que presenciamos atualmente, os discursos anti-Estado se intensificam e se materializam em críticas sobre os processos gerenciais públicos e seus "componentes democráticos" (BORÓN, 2002, p.178), sobre a ineficiência dos serviços, a necessária introdução dos métodos e técnicas gerenciais privados, quando não, a defesa de que os serviços públicos sejam operados diretamente pelo mercado. Corrobora a crítica a esta concepção, Ivo (2011), quando menciona que o discurso que desqualifica a democracia e a participação política, atribui a essas características de organização do Estado a responsabilidade pelo endividamento público, pelo pesado custo de operação dos processos democráticos, ocultando que as restrições de direitos e negação da cidadania conquistada é produto da opção pelo sistema capitalista de produção, o qual produziu as maiores taxas de desigualdade social no continente latino-americano e não efeitos da institucionalização da democracia.

Esse deslocamento no discurso anti-Estado, da crítica à regulação macro-econômica, para aspectos da operacionalização cotidiana das políticas sociais públicas - e que envolve estruturas e processos de participação social - oculta os inúmeros "socorros" que o capital demanda ao Estado. Aportes viabilizados por isenções fiscais, subsídios diretos na produção, intervenção para mediar processos econômicos, seja em termos da concorrência internacional⁵, seja na fixação de regras

⁵ Concorrência relativa a produtos agrícolas como por exemplo, a laranja, o soja e o trigo, com produção ainda não monopolizadas internacionalmente, mas que internamente em um país já se apresentem sob monopólios. Este dado

para o sistema financeiro e manutenção de altas taxas de juros, as quais permitem o acúmulo de rendas, controlam os processos inflacionários e dão segurança ao mercado de capitais.

Conforme afirma Borón (2002, p.178), "a experiência econômica recente [na América Latina a partir dos anos de 1980] demonstrou que, além da retórica, as forças do mercado requereram a continuada expansão do Estado", porém não daquele Estado burguês que assegurou, aos moldes do *welfare state*, a expansão dos direitos sociais e sim um Estado que assumia dívidas de empresas privadas, socorra da bancarrota instituições financeiras, subvencione a produção para o *agrobusiness*, promova isenções fiscais para estimular o consumo da indústria automobilística, de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Os ajustes e processos de contrarreformas dos Estados acabam por pesar sempre na conta dos trabalhadores, seja porque, mesmo nas conjunturas de expansão da produção, o discurso anti-Estado se mantém em relação às contribuições sociais sobre o trabalho formal assalariado, atribuindo-se a elas o "alto custo do trabalho". Por conseguinte, são gerados movimentos políticos do capital para as desregulamentações, flexibilizações de contratos de trabalho, prolongamento do período contributivo do trabalhador, desoneração da previdência pública e retração de direitos, dentre outras medidas que asseguram o que Borón (2002, p.245) denominou de "estatificação dos processos de acumulação capitalista e da vida cotidiana nas sociedades burguesas". Ou seja, nos momentos de crise, o ataque às políticas sociais é frontal, atribuindo-se a elas os custos crescentes - e em tese "insuportáveis" - e seus impactos sobre os fundos públicos, sobre a inflação e a ampliação do endividamento, recaindo, ironicamente sobre o trabalhador a "pressão moral" de "cooperação" para as saídas da crise.

Nesses momentos, restringem-se os investimentos públicos nas políticas sociais alegando-se queda na arrecadação decorrente da diminuição de postos de trabalho formais e ampliação de contratos temporários, os quais têm carga contributiva diferenciada. O movimento de restrição dos investimentos sociais é potencializado pelo discurso de senso comum anti-financiamento de políticas sociais, propagado sob um caráter moralizador que aponta "efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamentos de indivíduos, grupos sociais e empresas" (MORAES, 2002, p.14). Políticas sociais de caráter universal, ou mesmo programas focalizados de transferências monetárias, são responsabilizados pelo desestímulo à "ética do trabalho" e teriam como efeitos, no sistema produtivo, a geração de déficit de mão de obra - pois elevam padrões salariais e dificultam ao capital a admissão de trabalhadores que se submetam às condições de baixa remuneração e precarização de condições de trabalho.

deixa claro a permanência de características predominantes em formações históricas parcialmente superadas. Traços do capitalismo concorrencial num momento histórico em que predomina o capitalismo monopolista/financeiro.

Intensificam-se, nessa esteira de discursos, a propagação de estratégias de enfrentamento da “pobreza” pela via da “liberdade de escolhas” e estímulo à capacitação para o mercado de trabalho.

Nas contrarreformas que impactam sobre as políticas sociais uma das tendências relatadas por Boschetti (2012) é o modelo de intervenção do Estado chamado “universalismo leve e meritocrático pesado” que se expressa nas propostas de “mínimos nacionais ou co-pagamento por alguns tipos de serviços” e de políticas sociais que estimulam as “responsabilidades individuais” e a sobre-responsabilização das famílias. Conforme afirma Boschetti (2012, p.782) “há transferência de atividades públicas de proteção social [...] com crescimento constante de atribuições e responsabilidade das famílias e de associações, em nome da participação e da solidariedade familiar e comunitária”.

Ainda nessa direção, outra base conceitual legitimadora do discurso neoliberal, é a que considera os “pobres como potencialmente mobilizadores” e capazes de promover sua reprodução no cotidiano, através do desenvolvimento de suas capacidades. Essa referência tem inspiração na visão de desenvolvimento social e humano, construída por Amartya Sen⁶ e difundida por agências internacionais como a ONU. A retração do financiamento nas políticas sociais universais, no caso de alguns países da Europa e o direcionamento das ações estatais em políticas de ativação, denota o quanto o fundo público hoje é requisitado como suporte estatal para viabilizar o capital. Assim também, a dívida pública de grande contingente de países - independentemente se há alguns anos eram tidos como países desenvolvidos e hoje se encontram a "mendigar" financiamentos externos - é um dos mecanismos que opera a pulsão do capital financeiro.

Fica claro que as políticas públicas que sofrem maior interferência desses “novos modelos e processos de gestão” são as políticas sociais, visto que suas finalidades se pautam em princípios distintos da lucratividade e dos objetivos mercantis com que outras políticas públicas já operam - como as de infra-estrutura e telecomunicações, por exemplo.

A dinâmica mundial sobre a qual a proteção social é operada, no Estado brasileiro, a partir do processo de redemocratização se traduziu, segundo Ivo (2006), na refuncionalização das políticas sociais para dar conta: a) do alcance de um determinado público - focalização; b) de fortalecer as capacidade das populações pobres para "lutarem contra a pobreza"; c) da eficácia de sua operacionalização - gerencialismo técnico - uso da bioestatística e biopolítica para controle da pobreza, evitando a elevação de índices determinados por órgãos internacionais credores; e) do processo de descentralização administrativa, convertido na operacionalização de serviços sociais por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, por Organizações Sociais,

⁶ SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Fundações estatais⁷ com personalidade jurídica de direito privado; f) de capacitar os "pobres para atuarem como sujeitos políticos organizados, através da participação e do controle das políticas" (IVO, 2006, p.68), deixando explícito que os mecanismos de controle social que foram concebidos idealmente para ampliar a participação popular acabaram por resultar em capacitações técnicas e gerenciais infundáveis para a compreensão das políticas públicas e esvaziaram ou reduziram o debate político.

Os processos mencionados anteriormente nos dão mostras da estreita relação entre a dinâmica econômica e a política, evidenciando que tanto o Estado opera diretamente nos processos produtivos visando a manutenção do sistema capitalista, quanto as crises econômicas desencadeiam no interior do Estado processos de "reformas" orientadas para atender aos fins do capital. Isto nos possibilita apreender o caráter relacional do Estado com a totalidade da vida social, não se traduzindo como "mero reflexo dos processos econômicos".

O caráter contraditório presente nas relações das classes fundamentais e de frações de classes no capitalismo também se espraia pelo Estado como instituição, deixando este de ser visto como "representante direto dos interesses da burguesia". Assim, "[...] uma reforma do Estado pode operar na direção de aumentar os direitos da força de trabalho ou pode aprofundar as exigências de acumulação do capital e neste caso será uma contrarreforma do Estado por afetar os interesses e direitos da força de trabalho" (GRANEMANN, 2011, p.2).

Concordamos que não há uma relação determinista, mecânica de reprodução do vínculo de classe no Estado, materializada por uma elite dirigente burguesa, tampouco haja um pacto de dominação arditosamente orquestrado, coerente e coeso, mas sim um processo mediado por determinações de classe. Um Estado que não é um ente abstrato - homogêneo, uniforme e universal - expressão de "bem comum" nos termos de Rosseau (2001), mas uma instituição cujos aparatos, burocracias, agências e jurisdições precisam e devem ser analisadas mediadas pelas relações de classes. Num momento em que cada vez mais se denota a dependência que a acumulação de capital tem dos processos estatais e que, conforme Borón (2002, p.201), "a acumulação capitalista se 'estatificou' e requer cada vez mais o apoio dos poderes públicos para sobreviver", se faz mister estudar em profundidade a "ossatura material do Estado" (Poulantzas, 2000), visando resistências à captura de seus próprios agentes.

Na América Latina, no período pós ditaduras militares a partir dos anos de 1980, os movimentos e lutas políticas, populares, sindicais, estudantis pela democratização, contribuíram na consolidação dos Estados de Direito e expuseram demandas de participação social na gestão das políticas públicas.

⁷ Para maiores informações sobre esta nova figura jurídica introduzida para operar políticas sociais consultar www.mpog.gov.br. Análises sobre a implantação das fundações estatais tem sido difundidas por Granemann (2011).

No Brasil, a participação política e social no Estado ganhou espaço na Constituição Federal de 1988, como princípio e foi incorporada na estrutura de gestão através da institucionalização de Conselhos de políticas públicas - ainda que não exclusivamente, mas com significativa relevância. Esses espaços são expressão de disputas políticas constantes na luta pela hegemonia de projetos societários distintos. Expressam contradições da sociedade capitalista, por vezes se configuram como fóruns de debates políticos importantes para assegurar avanços na consolidação e ampliação de direitos sociais, por outras, explicitam a subversão de suas finalidades e defesa do interesse público, deixando predominar a lógica gerencialista em seu funcionamento e neutralizando a atuação política de seus integrantes na racionalidade técnica instrumental (IASI, 2012).

A implantação de práticas e difusão dos discursos gerencialistas e privatistas no cotidiano das políticas públicas se dá pela adoção ou resistência com que sua burocracia técnica o faz. Processos de luta e resistência contra a dinâmica de contrarreforma do Estado se dará em maior ou menor grau, também considerando-se a atuação de seu pessoal especializado, seja pela explicitação de seus projetos ético-políticos pessoais, trajetórias de formação e de atuação político-profissional, quanto pela materialização de suas práticas cotidianas de resistências.

Poulantzas (2000, p. 59) nos lembra que "a burguesia é a primeira classe da história que tem necessidade, para se firmar como classe dominante", de um corpo de *intelectuais orgânicos*" e que o Estado moderno em sua dimensão organizacional, em sua *ossatura material*, faz legitimar um discurso da ação técnica, portador de "neutralidade política" que nada mais é do que a relação poder-saber traduzida "por técnicas particulares de exercício do poder, por dispositivos precisos, inscritos na trama do Estado, de distanciamento permanente das massas populares dos centros de decisão: por uma série de rituais, de formas de discurso, de modos estruturais de tematização, de formulação e tratamento dos problemas" (POULANTZAS, 2000, p.58), que objetivam distanciar os segmentos populares da participação política.

A especialização do Estado capitalista, sua centralização e funcionamento hierárquico-burocrático não pode obscurecer as contradições sob as quais operam os intelectuais ou agentes estatais. Exemplos, no Brasil, dessa contra-corrente é a presença em cursos superiores de áreas como a educação, a saúde e assistência social, de projetos formativos críticos e de resistências à adoção da lógica instrumental e mercantilista como parâmetro para a gestão pública, com a clareza de que os processos técnico-burocráticos são mediados por razões políticas.

Entretanto, nas áreas de formação técnico-profissionais em que a lógica preponderante são os referenciais das organizações privadas, sob os princípios da administração científica do trabalho a aderência ao discurso gerencialista tende a ser mais fecunda. O discurso da eficiência gerencial privada está fundado no primado da técnica sobre a política. Ideologicamente "[...] o fetiche da gestão, da técnica autônoma dos processos sociais e das lutas sociais é a forma que embala e

envolve [os novos projetos gerenciais para o Estado brasileiro, a exemplo da] fundação estatal; forma ilusória para criar a relação com o mercado e de mercado nas políticas sociais” (GRANEMANN, 2011, p.53). Mas este não é um fenômeno recente, pois conforme Borón (2002) o fenômeno da exaltação do Estado em função da busca da eficácia política e administrativa tem suas raízes nos estudos de tradição liberal. Nesta tradição, o governo é “concebido como uma instituição administrativa e técnica que assume os assuntos gerais da comunidade” (BORÓN, 2002, p.254) retirando dele sua dimensão política.

Compartilhando da perspectiva marxista em que o Estado é concebido e problematizado “[...] na riqueza e multiplicidade de suas determinações, [e que] nenhuma das quais pode, por si só dar conta do fenômeno em sua plenitude” (BORÓN, 2002, p.255), é possível reconhecermos o caráter produtor e contraditório deste Estado, que, não apenas inserido, mas co-produzido pela ordem econômica capitalista, apresenta elementos que tensionam a configuração e o conteúdo das políticas públicas, determinadas pelas lutas e disputas de interesses de diversos atores sociais, desde os agentes corporativos do mercado, os representantes político-partidários e atores da sociedade civil com suas respectivas agendas de proposição de políticas.

Tomando como base as análises de Codato e Perissinotto (2012), Coutinho (2011), Quintaneiro et al (2003) e Buci-Glucksmann (1980), podemos depreender que desde Rosseau - que se ocupa não somente de historicizar e analisar as formações sociais e os regimes políticos, mas também refletir sobre os processos de socialização que se referem ao próprio homem e este no desempenho do governo - passando por Hegel - com a noção da burocracia estatal como "classe universal" - por Weber - que se ocupa da burocracia como instrumento de racionalização e dominação das instituições e valorização da autoridade técnica (especialização e perícia) - por Gramsci - que destaca os vínculos orgânicos do "pessoal do Estado" - a Poulantzas - na fase que corrobora com a análise gramsciana do Estado como uma relação social e não como "um objeto que se possui ou se dispõe", porém mantendo uma "autonomia relativa"⁸ em relação aos demais processos da vida social - os agentes estatais figuram como sujeitos relevantes no processo de consolidação histórica do Estado burguês, porém sua atuação política é secundarizada como objeto de análise particular.

A partir dessas reflexões, é relevante que coloquemos na agenda de pesquisas sobre o Estado e as políticas públicas, numa perspectiva marxista, a atuação dos trabalhadores, intelectuais ou

⁸ Poulantzas aponta singularidades da fração de classe do pessoal do Estado, porém não o considerando de modo homogêneo, mas portador das relações contraditórias que organizam a vida social. Nos termos do autor, "As contradições classes dominantes - classes dominadas repercutem como distanciamentos dessa parcela do pessoal de Estado com a cúpula especificamente burguesa, e se manifestam como fissuras, rupturas e divisões no seio do pessoal e aparelhos de Estado [...] se referem [...] às reivindicações específicas desse pessoal na divisão do trabalho no seio do Estado [...] de maneira complexa, devido à especificidade desse pessoal enquanto categoria social diferente (POULANTZAS, 2000, p.157).

agentes estatais, nas correlações de forças estatais e em suas interconexões com os demais determinantes da vida social. Em que medida contribuem para processos de contra-hegemonia⁹ à lógica capitalista, ou a reproduzem, meramente.

3 Crítica à adoção da intersetorialidade como estratégia burocrático-gerencial

É a partir da Constituição de 1988, não como carta abstrata e ideal, mas sim como expressão dos processos históricos de luta pela democratização da sociedade brasileira que inauguramos novos princípios e diretrizes para a administração do Estado brasileiro, indicativos de novos desenhos para as políticas públicas, fundados em processos de participação e controle social, sob a perspectiva do reconhecimento de direitos sociais historicamente negados.

Conforme nos assinala Rizzotti (2010), a Constituição de 1988 indica a necessidade de “mudanças no modelo de gestão pública”, impulsionadas pelas diretrizes de “descentralização, universalização e participação popular”, constantes, sobretudo, na “seguridade social sob o signo da proteção social”.

Para atender a essas demandas, uma multiplicidade de propostas acadêmicas (modelos analítico/interventivos) e alternativas operacionais surgem como matrizes (por vezes salvacionistas) pelos defensores da eficácia administrativo-gerencial e financeira do Estado brasileiro, para o alcance de sua efetividade às respostas sociais.

É num emaranhado de “modelos gerenciais e soluções intituladas melhores práticas” que academicamente e em congressos corporativos profissionais, estão sendo produzidos e difundidos estudos de casos, modelos e metodologias de intervenção nas políticas públicas. Neste quadro, o tema da *intersectorialidade* tem se apresentado como uma das alternativas, ao lado das estratégias de constituição de redes de políticas públicas, consórcios governamentais, práticas integradas, concertação de instâncias de gestão, visando efetividade da ação pública.

Nos governos, apesar da orientação política e do suporte legal instituído, as práticas intersectoriais ainda figuram como processos inovadores experimentais viabilizados na maioria das situações pelo interesse dos agentes que as executam e menos por uma decisão política de governo - são poucas as experiências em que administrações municipais optam por um desenho de governo pautado na intersectorialidade¹⁰. Por tais razões se coloca a relevância das reflexões sobre o tema que apresentamos a seguir.

⁹ Na realidade brasileira das últimas décadas observou-se que “a resistência à privatização dos Estados não somente encontrou nos servidores públicos a defesa de seu espaço de trabalho como, principalmente, foram estes trabalhadores os que mais se opuseram às políticas de amputação dos direitos da classe conformados nas políticas sociais” (GRANEMANN, 2011, p.52).

¹⁰ As experiências mais conhecidas de desenhos intersectoriais na gestão de políticas públicas se referem a governos que buscam o reconhecimento internacional de “Cidades Saudáveis” ou algumas experiências de gestão que priorizam o

Estabelecemos um recorte neste artigo para identificar e analisar em que medida, a intersetorialidade tem sido produzida como ferramenta e estratégia da gestão pública sob os determinantes anteriormente expostos ou pode ser apreendida e utilizada com referenciais críticos e servir de fio a um debate mais amplo da intervenção política e técnica de agentes estatais.

Atualmente o tema *intersetorialidade*, presente em espaços em fóruns de debate sobre gestão de políticas públicas¹¹, é analisado sob a perspectiva de diferentes disciplinas como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a administração e a economia, com a preocupação de construir respostas efetivas de intervenção nas políticas públicas de caráter social – dado às múltiplas determinações implicadas nas relações sociais e na constituição de “problemáticas” que demandam atuação do Estado – de modo a não simplificar¹² a questão social.

Em leituras preliminares sobre a temática da intersetorialidade identificamos várias conceituações¹³ que merecem destaque para as reflexões que apresentamos a seguir.

Preliminarmente cabe breve menção ao debate epistemológico sobre o qual se pauta a intersetorialidade, não sendo entretanto, a dimensão mais trabalhada nos textos que circulam sobre o tema. Localizamos as referências tecidas por Pereira (2004 e 2011a) e por Inojosa (2001), utilizando as categorias interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, respectivamente.

Pereira (2011a) traz ao debate da intersetorialidade as categorias multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade com ressalva de que ambas não atenderiam aos propósitos de inter-relação de setores, dado que apresentam a tendência de se configurarem como “monólogos de especialistas” ou “diálogos paralelos”, com valorização do saber disciplinar. Fundamenta suas reflexões em estudos de Japiassu (1976), concorda que a “interdisciplinaridade surgiu da consciência de um estado de carência no campo do conhecimento, causado pelo aumento exagerado das especializações”, se apresentando como possibilidade de aglutinar saberes desconexos e independentes. Enfatiza que a unidade de saberes produzidos pela interdisciplinaridade implica vínculos orgânicos entre

Orçamento Participativo. Para maiores esclarecimentos acessar: Neves (2008); Sampaio (2006); Boschi (2004); Avritzer e Navarro (2003); Inojosa e Junqueira (1997); dentre outros.

¹¹ Eventos acadêmico-científicos e profissionais (2010-2012) em que identificamos o debate sobre a intersetorialidade e/ou respectivos eixos temáticos, em levantamento realizado do período de 2010-2012, na web, a partir da entrada da palavra-chave intersetorialidade. Seminário Nacional de Sociologia e Política – UFPR, Curitiba, 2009-2012; Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, Lavras/MG, 2010; Florianópolis/SC, 2011; São Paulo/SP, 2012; Encontro Nacional de Administração Pública – ENAP; Encontro de Administração Pública e Governança – EnAPG, 2004-2012 (bienal); Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD – Eixo Políticas Públicas, 1997-2012; dentre outros.

¹² Entendemos por simplificação da questão social as abordagens no campo das políticas públicas que tomam suas expressões como fenômenos individualizados, de natureza psicossocial, decorrentes da incapacidade ou ausência de formação técnica dos indivíduos, e que por conseguinte, reduzem as propostas de intervenção social pública a ações terapêuticas e/ou de formação/qualificação técnica para o mercado de trabalho.

¹³ Além dos autores abordados neste trabalho que discutem a intersetorialidade sugerimos acessar os seguintes pesquisadores da área de Serviço Social e Sociologia - Almeida (2010); Bidarra (2009); Bronzo (2007; 2010;); Bronzo e Costa (2012); Bronzo e Veiga (2007) Grossi e Guilamelon (2006); Lopes (2008); Miotto e Schutz (2011), Nascimento (2010).

especialidades e as opções por dada visão de mundo, a qual será produzida no exercício do debate político e no reconhecimento dos próprios saberes disciplinares.

Para Inojosa (2001, p.102), a intersetorialidade ou transetorialidade é “expressão no campo das políticas públicas e das organizações, da transdisciplinaridade tal como tem sido discutida no campo do conhecimento científico”. A autora define intersetorialidade como sinônimo de transetorialidade atribuindo a esta o conceito de “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. (INOJOSA, 2001, p.105).

Feitos os apontamentos iniciais, destacamos a seguir as múltiplas concepções de intersetorialidade evidenciadas nos textos analisados. Em Schutz (2009) destacamos uma primeira noção que a autora aponta, tem o sentido de *complementaridade de setores* e é definida como “ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida”. (SCHUTZ, 2009, p.16). Esta noção pode ser conceituada também por “conjuntos de projetos que eventualmente estabelecem algum diálogo na hora da formulação ou da avaliação”. (INOJOSA, 2001, p. 105).

A *intersetorialidade como prática* é outra visão identificada por Schutz (2009) que visualiza nas ações integradas sob diferentes saberes, a possibilidade de constantes aprendizados pelo relato do “fazer”, ainda que sob a perspectiva de cada setor, na abordagem de uma determinada realidade territorialmente localizada.

Em nosso entendimento ambas são restritas, pois se referem à complementaridade ou integração de ações pautadas em saberes circunscritos a cada setor. Apresentam-se em políticas públicas cujo conhecimento permanesse sob uma perspectiva disciplinar ou de um saber que lhe é exclusivo, reforçando a ideia de "especialidade" e minimizando a complexidade da realidade social que demanda intervenção do Estado. Neste aspecto concordamos com Pereira (2011a, p. 4) ao afirmar que o termo setor “é um arranjo técnico ou burocrático criado para facilitar a gestão das demandas que pululam no universo complexo da política social e nas arenas de conflito que nesse universo se estabelecem”, entretanto não esgotam a multiplicidade de fenômenos presentes na realidade social.

Uma terceira conceituação atribui à intersetorialidade a tarefa de *otimização de recursos* públicos na operacionalização de soluções integradas aos problemas da realidade social. (JUNQUEIRA, 2004). Neste enfoque há aceitação de práticas intersetoriais sob a perspectiva da racionalidade gerencial do Estado. Apresenta-se como ferramenta tecnocrática, uma perspectiva de atuação que não implica partilha de poderes, crescimento político, compreensão mais aprofundada

das múltiplas dimensões que compõem a realidade social, mas se traduz em um mecanismo de “controle de gastos” nas políticas públicas

A quarta das dimensões apontadas pode ser apreendida pelo sentido de *articulação política na gestão pública* identificada em orientações de governos na implementação da intersectorialidade. Esta compreende a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos, portadores de saberes, poderes políticos e interesses distintos, objetivando o enfrentamento de problemas complexos. Junqueira (2004), além de afirmar a finalidade da intersectorialidade como busca de soluções para a “complexidade da realidade social”, também considera interesses distintos dos atores envolvidos na superação de problemas sociais. Nesta lógica a intersectorialidade se configura por ações e decisões compartilhadas, tanto em pesquisas para identificação das necessidades sociais, quanto no planejamento e na avaliação das políticas públicas.

[...] a intersectorialidade significa uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade e estabelecendo uma nova lógica para gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às subdivisões profissionais ou disciplinares. Significa tanto um esforço de síntese de conhecimentos como de articulação de práticas, buscando unificar o modo de produção de conhecimento e as estratégias de ação tendo como meta inclusão social. (MENICUCCI, 2002, p.11)

Menicucci (2002) em sua conceituação de intersectorialidade, ainda que reconheça a complexidade da realidade social e a necessidade de uma visão de totalidade, apresenta como finalidade de alcance público e de dimensão ético-política da intersectorialidade, para além da racionalidade gerencial, a "inclusão social", o que é por si, uma conceituação um tanto problemática. Subjaz à noção de inclusão, a ideia de uma organização social justa e aceita como última possibilidade, retirando do horizonte a perspectiva histórica de construção de novas relações de produção e organização da vida social. Portanto, não põe em questão a necessidade de um novo projeto societário e sim a conformação de inserção na lógica capitalista, de segmento da população, hoje destituída dos mínimos para atender suas necessidades sociais.

Uma quinta noção da intersectorialidade pode ser apreendida como *trabalho com redes*, ou seja, ações conjuntas – principalmente no âmbito municipal – que visam atender aos segmentos “vulnerabilizados” sob práticas e relações horizontais que primam por conexões entre atores, construindo ações complementares e integradas. Para Carneiro (2007), a intersectorialidade remete a uma concepção de natureza substantiva sobre como compreender e analisar a pobreza, portanto, nasce determinada por questões no campo das políticas sociais e se aproxima à noção de *integralidade* tão propalada em documentos das agências internacionais que orientam a formulação das políticas neste âmbito. “Os enfoques mais recentes (necessidades básicas insatisfeitas, capacidades, exclusão social, vulnerabilidade e riscos) salientam o mesmo ponto: pobreza envolve

uma multiplicidade de dimensões, fatores ou vetores de destituição” (CARNEIRO, 2007, p.8). A autora também reconhece uma dimensão estratégica de gestão que decorre dessa perspectiva., ou seja “[...] a intersetorialidade é analisada sob a ótica da governança, o que remete ao significado que o termo intersetorialidade tem em outros países da Europa e América Latina, utilizado para se referir à interação entre os diversos setores - Estado, mercado e sociedade - em uma visão de governo relacional e multinível” (CARNEIRO, 2007, p.7).

A concepção de Carneiro (2007) se diferencia da perspectiva gerencial problematizada no primeiro tópico deste trabalho e apresentada como a terceira noção presente nos debates de intersetorialidade, pois reforça a categoria governança associada, na análises de políticas públicas à concepção de “*gobierno de proximidad*” (BLANCO e GOMÀ, 2003), a qual reforça o peso dos governos locais na formulação e provisão de bens e serviços sociais, encontrando similitudes nos movimentos iniciados no final do século XX na América Latina, marcados por processos de descentralização e de fortalecimento dos governos locais e da atuação em redes de políticas públicas.

As formulações apresentadas a seguir destacam aspectos ético-políticos que julgamos centrais nas análises sobre a intersetorialidade nas políticas públicas, entretanto, com o limite de não apontar para a construção de um novo projeto societário. "A emergência da governança, em interpretações mais ousadas, poderia apontar para um outro paradigma de gestão, contrapondo-se às bases de sustentação do governo tradicional. Novos referentes como redes e governo relacional marcam a fragilização de estilos monopolistas, auto-suficientes e hierárquicos, que sustentavam os modelos tradicionais de governo" (CARNEIRO, 2007, p.11).

A adoção de estratégias intersetoriais co-existem com modelos tradicionais de gestão, nos quais prepondera o campo das “especializações funcionais”, do corporativismo, da estrutura hierarquizada e centralizadora de formulação e gestão da política pública. Segundo Carneiro, a instituição de processos de gestão dinâmicos, “baseados na proximidade, na participação, com ênfase na descentralização e na habilitação no campo da oferta de serviços [...] remete ao papel estratégico e relacional dos agentes [...] não existe um solapamento total do governo tradicional para dar vazão a uma governança participativa e de proximidade” (CARNEIRO, 2007, p.11). “Trata-se, como alguns autores pontuam, de um processo de mudança não apenas instrumental, formal ou organizativo, mas principalmente ético e cultural” (BLANCO y GOMÀ, 2003, p. 32).

Carneiro (2007) nos fornece uma síntese relevante quanto a possíveis caminhos a serem trilhados na construção de um arranjo de natureza intersetorial:

- a) no âmbito da decisão política trata-se de construir e legitimar consensos e pactuações que enfrentem a excessiva setorialização e departamentalização da estrutura administrativa encarregada da produção de políticas públicas;
- b) no

âmbito institucional situam-se as alterações nas estruturas e nos mecanismos e processos existentes, visando criar instrumentos necessários e suficientes para dar materialidade aos desdobramentos da decisão política. Dentre tais alterações, tem-se as reformas no aparato administrativo que reestrutura setores e competências [o que denominamos gestão jurídico-administrativa, operada por dispositivos jurídico-administrativos, mediados pela dimensão ético-política]. Nesse sentido ganha relevância a capacidade de coordenação política e tecnicamente legitimada. [...] c) no âmbito operativo das políticas as mudanças ocorrem nos processos de trabalho, o que exige a adoção de posturas mais cooperativas, disposição para compartilhar informações e restabelecer fluxos, reorientar a forma de provisão dos serviços públicos de modo a ajustá-los às demandas e necessidades identificadas (CARNEIRO, 2007, p. 15).

Portanto, intersetorialidade é mais do que coordenação para desenvolvimento de ações integradas, pois implica redesenhos de políticas setoriais e alterações na organização institucional.

A lógica setorizada facilita a explicitação de demandas particulares da população na busca de soluções imediatas e compromete a existência de espaços públicos de debates ampliados (intersectoriais) que se colocam em torno de projetos políticos e de governos. Tais projetos políticos conforme Dagnino (2010) possuem a capacidade de orientar a ação pretendida por meio de escolhas previamente elaboradas, de modo que ela possa viabilizar o surgimento de práticas políticas que realizem as transformações e expressem os resultados intencionados; e, por outro lado, a possibilidade de indicar a partilha efetiva do poder.

Portanto, há necessariamente uma *dimensão ético-política* a ser problematizada na implementação ou consolidação de estratégias intersetoriais nas políticas públicas. Essa dimensão implica a explicitação dos projetos ideo-políticos presentes no espaço público, as correlações de forças e jogos de interesses implicados nesse campo que não se circunscrevem aos agentes diretamente vinculados ao Estado, mas também aos demais sujeitos e organizações em atuação no âmbito do chamado terceiro setor ou do mercado.

Acreditamos que a inquietação sobre a reprodução mecânica dos processos de trabalho sob estratégias de gestão tipicamente burocrático-gerencialistas, na operacionalização das políticas públicas é algo que reverbera e inquieta inúmeras categorias profissionais que atuam na condição particular de trabalhadores/agentes estatais.

A intersetorialidade como objeto de estudo, no campo das produções críticas, só tem sentido se pensada/estudada, problematizada, relacionando-se à compreensão do Estado como instituição, ou seja, admitindo-se a importância e relevância de estudar a dimensão funcional e institucional do Estado, preocupando-se com o "como" da dominação política e não somente o "quem".

Conclusões

O que nos é possível concluir quanto à intersetorialidade é que ela pode ser apreendida de modo complexo por vários significados, seja a integração de ações nos três níveis de governo e com

a sociedade civil organizada, seja pela ampliação dos atores políticos a quem compete sua formulação, acompanhamento da execução e controle social ou aos agentes estatais que a executam. Contudo, mediante as análises realizadas através dos textos que foram base deste trabalho, há limitadas problematizações acerca da dimensão ético-política na práxis dos intelectuais/agentes¹⁴ que constituem as equipes profissionais que operam/executam as políticas públicas.

À medida em que o Estado brasileiro é organizado, administrativa e juridicamente numa lógica setorial, a análise e operacionalização das políticas públicas, sob a ótica dos gestores e agentes estatais especialistas tendem a atender a essa estrutura formal, prioritariamente. Considerando que os ritos processuais prescritos pela burocracia estatal - seja na elaboração de projetos, destinação de recursos, formas de contratação dos serviços, execução e prestação de contas da atividade pública - demandam de seus executores significativa parcela de seu tempo de trabalho, a tendência é a minimização do tempo despendido com atividades criadas em âmbito local, de modo participativo e inventivo dos agentes das políticas públicas, e, conseqüentemente, a redução da dimensão política desse trabalho. Essa dinâmica, observada no interior das administrações municipais, por exemplo, põe em evidência conflitos vivenciados pelos agentes estatais, entre construir estratégias para o trabalho intersetorial, compreendendo as múltiplas determinações do fenômeno - o que demanda tempo de planejamento e articulação com os demais agentes envolvidos, tanto trabalhadores das políticas quanto usuários dos serviços públicos - ou responder às inúmeras exigências de ordem burocrático-formal, frequentemente setorizadas.

Considerando que a gestão intersetorial demanda integração de políticas de diferentes naturezas (neste caso de caráter econômico e social); a articulação de diferentes agentes/atores, os quais, sem sombra de dúvidas possuem interesses divergentes, dado ao lugar que ocupam na relação com as políticas públicas, vínculos de classe e em conformação à dimensão ética de sua práxis (se usuário, prestador de serviço privado, servidor público, ou outra); na relação verticalizada em diferentes níveis da gestão pública (federal, estadual e municipal), denota-se a complexidade de analisá-la.

Reiterando nossas observações quanto à pertinência de estudos voltados à atuação de agentes estatais, vale informar que no campo da análise de políticas públicas, os estudos de Ana Claudia N. Capella (2007); Carlos Aurélio P. de Faria (2003); Celina Souza (2003; 2006; 2007); Marta Arretche (2003); Marta F. S. Farah (2011), sinalizam os principais temas e/ou aspectos considerados nas produções brasileiras das últimas décadas, deixando clara a lacuna de pesquisas

¹⁴ Defendemos que a produção de pesquisas sobre a atuação de agentes estatais a partir da diretriz de intersetorialidade, possibilita evidenciar a tais intelectuais/agentes, a dimensão de totalidade da realidade sobre a qual intervém nas políticas públicas, como um contraponto à apreensão e operacionalização gerencial através de ações pontuais ou fragmentárias.

sobre as práticas dos agentes estatais, integrantes de *comunidade de especialistas* que operam as políticas públicas¹⁵, bem como o grande desconhecimento sobre os “micro mecanismos” da dinâmica da ação estatal.

Nosso intento foi gerar problematizações acerca das práticas intersetoriais de gestão pública com indicativos para a crítica à administração burocrática ou gerencial, que, de acordo com Rizzotti (2010) e Dagnino (2010), tem sido construídas nos marcos da gestão social. Mas, mesmo nessa nova perspectiva, Dowbor (1999, p. 36) aponta que “os paradigmas da gestão social ainda estão por ser definidos ou construídos”, pois segundo o autor “os paradigmas de gestão que herdamos [...] tem todos, sólidas raízes industriais” e mesmo os paradigmas da administração pública centram-se principalmente na tradição weberiana de burocracia, com predomínio do desenho “piramidal de autoridade estatal”, sendo pertinente a problematização e produção de referenciais analíticos da ação institucional do Estado sob a tradição marxista, no campo da teoria social crítica.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Educação e infância na cidade: dimensões instituintes da experiência de intersetorialidade em Niterói*. Niterói, UFF, 2010. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

_____; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, p. 6-9.

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 99, jul/set 2009, p.483-497.

BLANCO, Ismael; GOMÀ, Ricard (2003), La crisis del modelo de gobierno tradicional: reflexiones en torno a la governance participativa y de proximidad en *Gestión y Política Pública*, Vol XII N° 1.

BORÓN, Atilio A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. 2.ed. Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. *Serviço Social e Sociedade*, [on line]. São Paulo, n. 112, out./dez. 2012. p. 754-803.

¹⁵ Também denominados agentes intermediários ou executores de ponta das políticas públicas – os tecnoburocratas. Cabe destacar que desde Hegel, nos estudos sobre o Estado essa “fração de classe” ou “pessoal do Estado” é alvo de análise, porém sem resultando em foco secundário nos estudos políticos. Em Hegel “a burocracia aparece como uma corporação de tipo especial, que se caracterizaria por identificar de modo imediato - em sua atuação e motivações - o singular-privado e o universal” (COUTINHO, 2011, p.50-51). Esta noção em Hegel produz efeito amálgama da burocracia estatal, ocultando-lhe as contradições internas, atribuindo ao corpo funcional do Estado a representação do bem comum, ou da “universalidade do Estado”. Poulantzas (2000, p.157) por sua vez, ao contrário, dá destaque para as contradições de classe que se instauram na instituição Estado no “seio do pessoal de Estado em amplo sentido”, afirmando que “mesmo se esse pessoal constitui uma categoria social detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado em sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe e é então dividido”.

- BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-690.
- BRONZO, Carla . Políticas Locais de Inclusão Social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. *Serviço Social e Sociedade*, v. 1, p. 76-103, 2007.
- BRONZO, Carla . Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 35, p. 119-160, 2010.
- BRONZO, Carla ; COSTA, Bruno Lazarotti Diniz . Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. In: FARIA, Carlos Aurelio Pimenta de. (Org.). *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. 1ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012, v. , p. 50-81.
- BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersetorialidade e Políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. *Serviço Social & Sociedade*, v. 92, p. 05-21, 2007.
- BUCI-GLUCKSMANN. *Gramsci e o Estado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. (orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza. XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública ¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública? Caracas, 2007. (Primeiro premio).
- _____; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. (orgs.). *Gestão social: o que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. (Série pesquisa, n.191). Prêmio Melhor obra científica de 2012 concedido pela ANPOCS.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *De Rosseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.
- DAGNINO, Renato. Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. *REBAP. Revista Brasileira de Administração Política*, v. 3, p. 1-1, 2010.
- DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAGN, Rachel Raichelis (orgs.) *Gestão Social: uma questão em debate*. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, 45(3), mai/jun/2011, p. 813-836.
- FARIA, Carlos Aurélio P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, p. 21-29.

_____; ROCHA, Carlos Alberto de Vasconcelos. Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais. *Cadernos Metrópole* (PUCSP), São Paulo, SP, v. 11, p. 73-106, 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Sobre poder, política e partido*. Organização Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

_____. *Cadernos do Cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

GRANEMANN, Sara. Fundações estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês de Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo de (Orgs.). *Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade*. Rio de Janeiro: UERJ/Rede Sirius-Adufrj-SSind, 2011. p. 50-55.

Disponível em http://abepss.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2012/07/Revista_cadernos_de_Saude_adufrj_pelasaude.pdf

_____. Fundos de pensão e a metamorfose do "salário em capital". In: SALVADOR, Evilásio [et al] (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p.243-260.

GROSSI, Patricia Krieger; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg. Intersetorialidade na política de saúde do idoso. *Textos & Contextos*. Nº 6, ano V, dez. 2006

IAMAMOTO, Marida Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2011.

IASI, Mauro L. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio [et al] (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 285-317.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. *Cadernos Fundap*, São Paulo, n. 22, 2001, p. 102-110.

_____; JUNQUEIRA, L. P. Experiências Municipais: Desenvolvimento social e intersetorialidade na gestão pública municipal. *Conferência Nacional de Saúde on line*. 1997. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cns/inovador/MUNICIPAIS.htm>. Acesso em 06 de junho de 2011.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos de 1990. In: CIMADAMORE A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (orgs.). *A pobreza do Estado*. Clacso Livros. Coleção Clacso-Crop, Petrópolis, 2006, p.61-86.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade* v.13, n.1, jan/abr 2004, p.25-36.

_____. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. *Saúde e Sociedade*. [online]. 1997, vol.6, n.2, pp. 31-46.

LOPES, Marcia Helena Carvalho. Políticas Setoriais Integradas. *III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, Rio de Janeiro/Brasil de 25 a 28 de novembro de 2008.

Disponível em:

<https://www.violes.unb.br/matriz2011/acervo/artigos/Políticas%20Intersetoriais%20Integradas.pdf>

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 19.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d.

MENICUCCI, Telma M. G. Intersetorialidade: o desafio atual para as políticas sociais. *Pensar BH: Política Social*, Belo Horizonte, n.3, 1, p.10-14, maio/jul. 2002.

MIOTO, Regina Celia; SCHUTZ, Fernanda. Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional de assistentes sociais. Seminário *O direito à saúde e à proteção social nas faixas de fronteira*. um balanço do debate acadêmico no sul da América do Sul. Pelotas, Antares, UCPEL, 2011. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NEVES, Angela Vieira. *Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 77, mar 2004.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética*. Mimeo, 2011a.

_____. *Política social: temas e questões*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

QUINTANEIRO, Tania et al. *Um toque de clássicos*. 2.ed. rev. e amp. (1ª reimpressão). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. O processo de implantação do SUAS: uma reflexão sob a ótica da gestão. *Argumentum*, Vitória, v. 2, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SAMPAIO, Ana P. Orçamento participativo de Vitória-ES. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, PUC-RS, v. 6, n. 1, jan/jun 2006.

SCHUTZ, Fernanda. *A intersectorialidade no campo da política pública: indagações para o Serviço Social*. Florianópolis, UFSC, 2009 (Monografia de Graduação).

SIMIONATTO, I. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? *Cadernos Especiais*, n. 39, edição: 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, p.15-20.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

_____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2007, p. 65-86.